

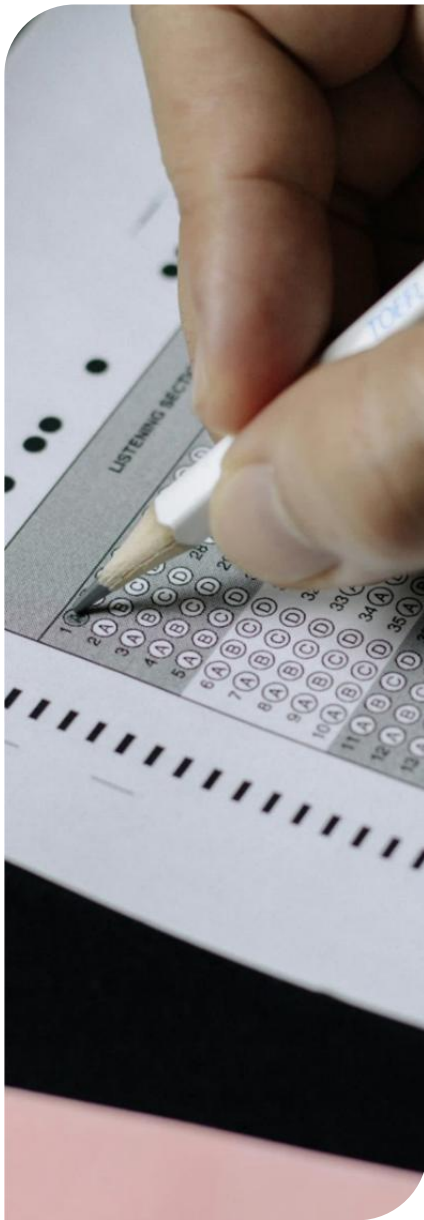
EDITAL Nº 001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS EFETIVOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE BEZERROS (PE)

CÂMARA MUNICIPAL DE BEZERROS (PE)

**ANALISTA JURÍDICO**

**TARDE**

**Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.**



**ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:**

**1. Conferência de documentos:**

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

**2. Cumprimento das normas:**

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

**3. Folha de Respostas:**

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

**4. Divulgação de provas e gabaritos:**

- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC ([www.igeduc.org.br](http://www.igeduc.org.br)), conforme o Edital.

**5. Condutas proibidas:**

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

**6. Exceto quando o enunciado da questão determinar o contrário, considere as seguintes regras:**

- ✓ As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas conforme a norma culta vigente à época da aplicação da prova; as de informática, com base na versão mais atualizada dos softwares mencionados na mesma data; e as de legislação, considerando a versão vigente e mais atual de cada lei.



Este caderno foi feito para ser útil — e reciclado. Descarte corretamente e ajude o planeta.



## Conhecimentos Gerais

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 3.

Psiquiatra explica diferença entre depressão e ansiedade

A linha entre sofrimento comum e doença mental nem sempre é clara, mas existem sinais importantes que podem ajudar a identificar quando é necessário buscar ajuda profissional. De acordo com o psiquiatra Daniel Martins de Barros, autor do livro "Sofrimento não é doença", nem todo sofrimento precisa ser medicado ou tratado clinicamente.

O especialista explica que a depressão vai muito além da tristeza comum. "Depressão é um conjunto de sintomas que às vezes inclui a tristeza, mas nem sempre. Às vezes a pessoa nem se sente triste, mas apresenta desânimo, falta de energia, irritação, sono ruim e apetite alterado", esclarece.

Um sinal importante de que o sofrimento ultrapassou o limite do normal é quando ele começa a prejudicar significativamente a vida da pessoa. Isso pode se manifestar no trabalho, nas relações familiares e na capacidade de realizar atividades cotidianas. Como destaca Barros, muitos pacientes relatam uma sensação de não se reconhecerem mais: "Uma vez uma pessoa me falou: doutor, eu não sou essa pessoa que eu estou".

Enquanto a depressão está mais relacionada ao humor e ao desânimo, a ansiedade se caracteriza pelo medo e preocupação constantes. A ansiedade generalizada, por exemplo, é um diagnóstico comum, mas muitas pessoas demoram para buscar tratamento por acreditarem que viver em estado permanente de alerta é normal.

Um dado alarmante revelado pelo especialista indica que cerca de 80% das pessoas com depressão no Brasil não recebem tratamento adequado, seja por falta de diagnóstico, acesso ou por não buscarem ajuda. Isso significa que muitas pessoas vivem com sofrimento que poderia ser tratado, sem saber que existe possibilidade de melhora.

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/psiquiatra-explica-diferenca-entre-depressao-e-ansiedade/>

### Questão 01

O texto aborda a tênue fronteira entre o sofrimento comum e aquele que passa a comprometer o equilíbrio psicológico do indivíduo. Ao destacar a fala de um paciente que afirma não se reconhecer mais, o autor sugere uma transformação interna profunda, que interfere nas esferas mais diversas da vida. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que expressa o sentido principal do texto.

- (A) O texto defende que o trabalho e as relações familiares são as únicas áreas afetadas pelo sofrimento emocional intenso.

- (B) O texto indica que o sofrimento é parte natural da vida e não interfere significativamente na identidade pessoal.
- (C) O texto sugere que o sofrimento torna-se preocupante quando provoca mudanças perceptíveis no comportamento e na percepção de si mesmo.
- (D) O texto afirma que a perda de identidade é uma consequência inevitável de qualquer tipo de sofrimento.

### Questão 02

No texto, o autor apresenta uma reflexão sobre os desafios contemporâneos relacionados à saúde mental, destacando tanto o desconhecimento dos sintomas quanto a falta de tratamento adequado. Essa abordagem evidencia não apenas a dimensão clínica, mas também social e cultural do problema. Considerando as ideias desenvolvidas, assinale a alternativa que expressa a crítica implícita no texto.

- (A) O texto defende que a depressão e a ansiedade são fenômenos inevitáveis da vida moderna e que devem ser enfrentados apenas com força de vontade.
- (B) O texto denuncia a banalização do sofrimento emocional e o desconhecimento da população quanto à gravidade e à necessidade de tratamento das doenças mentais.
- (C) O texto enfatiza que a ansiedade é uma condição natural do ser humano, sendo desnecessário o tratamento médico em grande parte dos casos.
- (D) O texto sugere que a falta de tratamento da depressão decorre exclusivamente da ausência de recursos financeiros para custear acompanhamento psicológico.

### Questão 03

O texto apresenta reflexões do psiquiatra Daniel Martins de Barros sobre a diferença entre o sofrimento cotidiano e os transtornos mentais. Essa distinção, embora sutil, é essencial para evitar tanto o descuido diante de sintomas sérios quanto o excesso de medicalização de experiências humanas comuns. Considerando o que o texto sugere, analise as alternativas a seguir e identifique a interpretação adequada sobre a mensagem central do autor.

- (A) O texto sugere que sentimentos de desânimo e irritação são sempre sinais evidentes de uma doença mental em desenvolvimento.
- (B) O texto defende que qualquer forma de sofrimento emocional deve ser acompanhada por um psiquiatra para evitar o agravamento do quadro clínico.
- (C) O texto destaca que nem todo sofrimento deve ser entendido como doença, e que a depressão envolve múltiplos sintomas que ultrapassam a simples tristeza.
- (D) O texto aponta que a depressão é apenas uma forma intensa de tristeza, mas que pode se manifestar de maneira passageira.

### Questão 04

Na ortografia da língua portuguesa, os acentos gráficos cumprem não apenas a função de indicar a sílaba tônica, mas também a de sinalizar diferenças de timbre vocálico e, em certos casos, de sentido lexical. Considerando as regras que regem o uso do acento agudo (´) e do acento circunflexo (^), observe o trecho a seguir:

"O médico analisou o (I)\_\_\_ do paciente e explicou que o (II)\_\_\_ deveria ser tratado com cautela, já que o (III)\_\_\_ estava comprometido."

Assinale a alternativa que apresenta a forma **CORRETAMENTE** acentuada e justificada segundo a norma culta de preencher as lacunas:

- (A) (I) avô – (II) câncer – (III) fígado.
- (B) (I) avó – (II) cancer – (III) fígado.
- (C) (I) avô – (II) câncer – (III) figado.
- (D) (I) avó – (II) câncer – (III) fígado.

### Questão 05

As regras de concordância nominal no português podem variar conforme a posição do adjetivo, o valor semântico assumido por determinados termos e a existência ou não de elementos determinantes junto ao substantivo. Observe atentamente as situações descritas na Coluna A e relacione-as corretamente às respectivas aplicações apresentadas na Coluna B, considerando as normas gramaticais formais da língua portuguesa.

#### COLUNA A

- A) *Adjetivos compostos*
- B) *Palavras como anexo, próprio, junto quando possuem valor adjetivo*
- C) *Termo só quando equivale a "sozinho"*

#### COLUNA B

- I. *O termo flexiona-se em número, acompanhando o substantivo.*
- II. *Apenas o último elemento sofre flexão.*
- III. *A palavra varia em número.*

Assinale a alternativa que apresenta a associação **CORRETA**:

- (A) A-I, B-III, C-II.
- (B) A-II, B-I, C-III.
- (C) A-III, B-II, C-I.
- (D) A-II, B-III, C-I.

### Questão 06

Em uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, foi identificado que determinado ente federado ultrapassou os limites de despesa com pessoal. O órgão de controle questionou quais medidas deveriam ser adotadas para restabelecer o equilíbrio fiscal.

Sobre as sanções e medidas de controle previstas na Lei

de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa **MAIS CORRETA**.

- (A) O ente deve eliminar o excedente em até dois quadrimestres, adotando medidas como redução de cargos em comissão e exoneração de servidores não estáveis.
- (B) A LRF não prevê prazos nem medidas corretivas para excesso de despesa com pessoal.
- (C) A única penalidade prevista é a suspensão do pagamento de novas despesas.
- (D) O gestor pode manter o excesso de despesa com pessoal, desde que justifique a necessidade administrativa.

### Questão 07

Durante um curso de formação para servidores públicos, o instrutor explicou que a Constituição Federal define claramente a estrutura político administrativa do Estado brasileiro, destacando a autonomia dos entes federativos e os limites de sua atuação.

Com base exclusivamente nos artigos 18 e 19 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A organização político administrativa compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.
- (B) O Distrito Federal está sujeito à intervenção dos Estados.
- (C) As autarquias e fundações públicas integram a organização político administrativa da República.
- (D) A União é o único ente com autonomia administrativa e financeira.

### Questão 08

Durante uma palestra sobre o processo legislativo, um consultor jurídico destacou o papel do Congresso Nacional e a estrutura do Poder Legislativo Federal.

Com base no disposto nos arts. 44 a 47 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O Poder Legislativo tem como uma de suas funções típicas a elaboração de leis.
- (B) O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.
- (C) Cada legislatura tem duração de quatro anos.
- (D) O Senado Federal representa o povo e a Câmara dos Deputados representa os Estados.

### Questão 09

Com base exclusivamente no Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições **VERDADEIRAS**.

- I. A administração pública direta e indireta de qualquer

dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

II. O princípio da publicidade impõe o dever de transparência e acesso às informações de interesse coletivo.

III. A eficiência é princípio que se aplica somente à administração federal direta.

Assinale a alternativa constando as assertivas CORRETAS.

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.

### Questão 10

Com base exclusivamente nos artigos 15 a 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), analise os itens a seguir e marque a sequência CORRETA (V para verdadeiro, F para falso).

() A criação ou ampliação de despesa obrigatória deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro.

() Não é necessário demonstrar a origem dos recursos para o custeio de nova despesa obrigatória.

() A geração de despesa deve estar compatível com a lei orçamentária anual e com o plano plurianual.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) F, V, V.
- (B) V, V, F.
- (C) V, F, F.
- (D) V, F, V.

## Conhecimentos Específicos

### Questão 11

O Direito das Obrigações disciplina o vínculo jurídico que impõe ao devedor o dever de cumprir determinada prestação, positiva ou negativa, em favor do credor. Sobre o inadimplemento, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O inadimplemento absoluto permite a mora sanável mediante cumprimento tardio sem consequências jurídicas.
- (B) A mora do devedor exclui automaticamente o dever de indenizar, bastando o pagamento posterior da obrigação.
- (C) O inadimplemento pode ser absoluto ou relativo, caracterizando-se o primeiro quando a prestação se torna inútil ao credor, ensejando a resolução do contrato e eventual indenização por perdas e danos.

(D) O inadimplemento relativo ocorre quando há impossibilidade total da prestação, tornando-a irreversível.

### Questão 12

A pessoa jurídica é dotada de personalidade distinta da de seus membros, sendo reconhecida como sujeito de direitos e deveres. A respeito de sua natureza e responsabilidades, com base no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A pessoa jurídica adquire personalidade jurídica com o registro de seus atos constitutivos, passando a responder civilmente pelos danos que causar, independentemente de culpa, quando sua atividade implicar risco a terceiros.
- (B) A pessoa jurídica não pode ser responsabilizada civilmente, pois apenas pessoas naturais possuem capacidade de agir.
- (C) Os bens utilizados pela pessoa jurídica não possuem proteção legal, podendo ser alienados livremente, mesmo quando afetados à sua finalidade essencial.
- (D) A desconsideração da personalidade jurídica é aplicável sempre que houver confusão patrimonial, ainda que sem prejuízo comprovado a terceiros.

### Questão 13

Os direitos da personalidade e o domicílio civil constituem fundamentos da identificação e proteção da pessoa natural no ordenamento jurídico. Com base no Código Civil, avalie as proposições:

I. Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária, salvo nos casos previstos em lei.

II. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo, sua mudança ocorre com a transferência da residência e do ânimo, ressalvadas as hipóteses de domicílio necessário.

III. Considera-se domicílio necessário o local onde a pessoa exerce permanentemente sua profissão, ainda que não resida ali.

IV. O nome e a imagem são direitos da personalidade cuja tutela pode ser requerida inclusive após a morte por cônjuge, ascendentes ou descendentes.

Estão corretas apenas:

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.

### Questão 14

Uma empresa celebrou contrato de fornecimento de tecidos com uma confecção local, prevendo entrega mensal e pagamento em 30 dias. Após três meses, a fornecedora suspendeu unilateralmente as entregas,

alegando aumento de custos. A confecção exigiu o cumprimento do contrato, sustentando o princípio da força obrigatória. Com base na teoria geral dos contratos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A parte pode descumprir unilateralmente o contrato quando a execução se tornar menos vantajosa economicamente, por aplicação da teoria da imprevisão.
- (B) O aumento de custos, por si só, extingue o vínculo contratual, dispensando análise judicial.
- (C) A função social do contrato legitima o descumprimento quando a parte entender que o equilíbrio econômico foi afetado.
- (D) O contrato, enquanto válido, obriga as partes ao cumprimento do que foi pactuado, devendo ser executado de boa-fé, conforme o princípio da força obrigatória e da função social do contrato.

### Questão 15

A teoria do negócio jurídico e dos fatos jurídicos é central no Direito Civil, pois estrutura os efeitos jurídicos da vontade humana e dos acontecimentos relevantes para o mundo do Direito. À luz do Código Civil e da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), analise as proposições e preencha as lacunas utilizando "V", para as verdadeiras, e "F", para as falsas.

( ) O fato jurídico é todo acontecimento, natural ou humano, capaz de produzir efeitos jurídicos, criando, modificando ou extinguindo direitos.

( ) O negócio jurídico, espécie de fato jurídico, distingue-se pelo elemento volitivo, sendo a manifestação de vontade o núcleo de sua existência.

( ) A LINDB determina que, quando a Lei for omissa, o juiz decidirá o caso com base na analogia, nos costumes e nos princípios gerais de direito.

Assinale a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- (A) V, F, V.
- (B) V, V, V.
- (C) V, F, F.
- (D) F, V, F.

### Questão 16

Os prazos de prescrição e decadência delimitam temporalmente o poder de constituir e cobrar créditos tributários, assegurando segurança jurídica e estabilidade das relações fiscais. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A decadência extingue o direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário, enquanto a prescrição extingue a pretensão de cobrá-lo após a sua constituição definitiva.
- (B) A prescrição impede a constituição do crédito tributário, mas não afeta o direito de cobrança judicial.

(C) A decadência depende de decisão administrativa expressa para operar seus efeitos, não sendo automática.

(D) A decadência e a prescrição produzem os mesmos efeitos jurídicos, extinguindo tanto o crédito quanto a obrigação tributária.

### Questão 17

O Direito Tributário disciplina as relações jurídicas entre o Estado e os contribuintes, tendo como objeto principal a instituição, arrecadação e fiscalização dos tributos. Analise as proposições e preencha as lacunas utilizando "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas.

I. O tributo é uma prestação pecuniária compulsória instituída em lei, que não constitui sanção de ato ilícito e é cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

II. A relação jurídico-tributária nasce da ocorrência do fato gerador previsto em lei, vinculando o sujeito ativo e o sujeito passivo da obrigação tributária.

III. A finalidade do tributo é unicamente arrecadatória, não podendo o Estado utilizar o sistema tributário como instrumento de intervenção econômica ou social.

Assinale a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- (A) V, V, F.
- (B) F, F, F.
- (C) F, V, V.
- (D) V, F, V.

### Questão 18

O crédito tributário representa a materialização da obrigação tributária, conferindo ao Estado o direito de exigir o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária. A respeito dessa relação jurídica, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A obrigação tributária é extinta pelo simples decurso do prazo sem pagamento, independentemente de lançamento.
- (B) O crédito tributário tem natureza meramente declaratória, não conferindo à Administração o direito de exigir o pagamento.
- (C) O crédito tributário decorre da obrigação tributária principal e é constituído pelo lançamento, que verifica o fato gerador, calcula o montante devido, identifica o sujeito passivo e formaliza a exigência.
- (D) O crédito tributário é constituído automaticamente com a ocorrência do fato gerador, independentemente de qualquer ato administrativo.

### Questão 19

Os princípios constitucionais tributários estabelecem limites ao poder de tributar, garantindo segurança jurídica e justiça fiscal. Com base na Constituição Federal, analise as proposições:

I. O princípio da legalidade exige que nenhum tributo seja instituído ou aumentado sem lei que o estabeleça.

II. O princípio da anterioridade impede a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que a lei foi publicada, salvo exceções previstas na Constituição.

III. A imunidade tributária das instituições de educação e assistência social depende da comprovação de atendimento aos requisitos legais e da ausência de finalidade lucrativa.

IV. O princípio da isonomia permite tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, desde que por razões de conveniência administrativa.

Esta(ão) **CORRETA(S)** apenas:

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.

### Questão 20

Uma empresa recebeu notificação de lançamento referente a tributo municipal, mas apresentou impugnação administrativa tempestiva. Enquanto o processo tramita, o fisco pretende inscrever o débito em dívida ativa. Com base na sistemática da suspensão e extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- (A) A impugnação não interfere na exigibilidade do crédito, podendo o fisco prosseguir com a cobrança judicial.
- (B) A suspensão da exigibilidade depende de decisão judicial prévia, não se aplicando no processo administrativo fiscal.
- (C) A impugnação administrativa suspende a exigibilidade do crédito tributário até decisão definitiva, impedindo a cobrança judicial ou inscrição em dívida ativa durante o contencioso.
- (D) O crédito tributário é extinto automaticamente com a apresentação da impugnação administrativa.

### Questão 21

A teoria dos atos administrativos constitui um dos pilares do Direito Administrativo, ao delimitar os elementos e atributos que asseguram a validade, a juridicidade e a eficácia da atuação estatal. Essa estrutura confere previsibilidade e controle sobre os atos praticados pelos agentes públicos.

Com base nesses fundamentos, avalie as proposições:

I. Os elementos do ato administrativo, segundo a concepção majoritária, são competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

II. A imperatividade é atributo presente em todos os atos administrativos, inclusive os meramente enunciativos.

III. A presunção de legitimidade e veracidade assegura

que o ato administrativo produza efeitos imediatos, cabendo ao administrado o ônus de demonstrar eventual invalidade, salvo prova em contrário.

IV. A autoexecutoriedade é atributo inerente a todo ato administrativo, independentemente de previsão legal ou de situação de urgência.

Esta(ão) **CORRETA(S)** apenas:

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.

### Questão 22

A atuação da Administração Pública é orientada por prerrogativas e deveres que refletem a supremacia e a indisponibilidade do interesse público. Essas prerrogativas se materializam nos chamados poderes administrativos, que permitem ao Estado agir de forma vinculada à lei e aos princípios constitucionais.

Nesse sentido, assinale a assertiva **CORRETA**:

- (A) O poder disciplinar abrange qualquer cidadão que infrinja normas administrativas, mesmo sem vínculo jurídico com o Estado.
- (B) O poder hierárquico confere à Administração prerrogativa de punir particulares contratados com base na hierarquia funcional entre órgãos e concessionários.
- (C) O poder regulamentar autoriza a Administração a inovar a ordem jurídica por meio de atos normativos equivalentes à lei formal.
- (D) O poder de polícia, manifestação da supremacia do interesse público, é em regra discricionário, devendo observar legalidade, proporcionalidade e motivação, legitimando a imposição de restrições e sanções administrativas aos particulares.

### Questão 23

A Constituição Federal de 1988 consolidou um novo paradigma de Administração Pública, voltado à juridicidade, moralidade e eficiência. No contexto dos processos administrativos, considerando a jurisprudência, doutrina e o texto legal, analise as proposições e preencha as lacunas utilizando "V", para as verdadeiras, e "F", para as falsas.

( ) O princípio do contraditório e da ampla defesa incide sempre que o ato administrativo possa restringir direitos ou interesses do administrado, inclusive nos procedimentos sancionadores.

( ) A autotutela confere à Administração o poder-dever de anular atos ilegais e revogar atos inconvenientes ou inoportunos, respeitando a segurança jurídica e os direitos adquiridos.

( ) A motivação é dispensável nos atos discricionários, pois expressam juízo subjetivo de conveniência e oportunidade da autoridade.

Assinale a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- (A) V, V, F.
- (B) F, F, V.
- (C) F, V, V.
- (D) V, F, V.

### Questão 24

Durante uma forte ventania, uma árvore de grande porte caiu sobre um veículo estacionado em via pública. Moradores haviam notificado a Prefeitura sobre o risco de queda há semanas, sem qualquer providência. Com base na teoria da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Exige-se demonstração de dolo do agente público para responsabilizar o Estado em qualquer hipótese.
- (B) Não há responsabilidade do Estado, pois o evento decorreu de força maior e rompeu o nexo causal, ainda que haja prévia notificação.
- (C) A responsabilidade é subjetiva, considerando que as omissões estatais nunca ensejam reparação civil sem prova de culpa do agente.
- (D) Configura-se responsabilidade objetiva do ente público por omissão específica, quando comprovado o dever jurídico de agir (manutenção e fiscalização da via), o dano e o nexo causal entre a inércia administrativa e o resultado.

### Questão 25

Os serviços públicos representam uma das principais formas de atuação do Estado, voltada à satisfação das necessidades coletivas e à concretização dos direitos fundamentais. A Constituição Federal, em seu Art. 175, admite a delegação desses serviços a particulares, mediante concessão ou permissão, sob regime de direito público. Com base nisso, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A titularidade dos serviços públicos é do Estado, que pode prestá-los diretamente ou mediante concessão e permissão, mantendo o poder de regulamentar e fiscalizar, e assegurando a observância de princípios como continuidade e modicidade tarifária.
- (B) O contrato de concessão não assegura equilíbrio econômico-financeiro, pois o risco do empreendimento é inteiramente do concessionário.
- (C) A autorização de serviço público confere ao particular direito subjetivo de exploração por prazo determinado e regime idêntico ao da concessão.
- (D) O princípio da continuidade permite ao particular interromper o serviço por motivos de conveniência ou interesse econômico.

### Questão 26

O controle da atividade financeira é essencial à transparência e à boa gestão dos recursos públicos, permitindo que se verifique a observância dos princípios

constitucionais da administração financeira. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O controle externo é exercido pelo Poder Legislativo, que fiscaliza a legalidade, a legitimidade e a economicidade da gestão orçamentária e financeira do Estado, com o apoio de órgãos técnicos especializados.
- (B) O controle da execução orçamentária é ato discricionário do gestor, sem necessidade de fiscalização pelos demais Poderes.
- (C) O controle externo limita-se à análise contábil e não abrange aspectos de legalidade e legitimidade.
- (D) O controle interno e o externo possuem natureza idêntica e são realizados exclusivamente pelo Poder Executivo.

### Questão 27

O sistema orçamentário previsto na Constituição de 1988 organiza o planejamento e a execução das políticas públicas, assegurando o controle dos gastos e a transparência fiscal. Analise as afirmativas:

I. O Plano Plurianual define, de forma regionalizada, os objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e programas de duração continuada.

II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, estabelece as metas e prioridades da administração e dispõe sobre alterações na legislação tributária.

III. A Lei Orçamentária Anual estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro, observando compatibilidade com o planejamento de médio e longo prazo.

IV. É permitida a execução de despesa pública sem autorização orçamentária, quando se tratar de despesa urgente e de interesse social relevante.

Esta(ão) **CORRETA(S)** apenas:

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.

### Questão 28

A atividade financeira do Estado compreende tanto o ingresso quanto a aplicação dos recursos necessários à realização das políticas públicas. Sobre esse tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A receita pública corresponde apenas às arrecadações tributárias, excluindo outras formas de ingresso.
- (B) O princípio da economicidade permite ao gestor aplicar recursos em qualquer finalidade que considere conveniente, ainda que não prevista no orçamento.

- (C) A receita pública representa o ingresso de recursos destinados ao custeio e investimento do Estado, enquanto a despesa pública consiste na aplicação desses valores segundo autorização orçamentária e finalidade pública.
- (D) A despesa pública pode ser executada independentemente de previsão orçamentária, desde que haja disponibilidade financeira.

### Questão 29

O Direito Financeiro disciplina a atividade financeira do Estado, que envolve a arrecadação, gestão e aplicação de recursos públicos, orientando-se por princípios constitucionais e normas gerais.

Análise as proposições e preencha as lacunas utilizando "V", para as verdadeiras, e "F", para as falsas.

( ) As fontes do Direito Financeiro compreendem normas constitucionais, leis e princípios gerais, que estruturam a administração das finanças públicas.

( ) A atividade financeira do Estado busca a realização do interesse público, mediante arrecadação de receitas e execução de despesas devidamente autorizadas.

( ) O princípio da legalidade orçamentária impõe que toda despesa pública dependa de prévia autorização legislativa.

Assinale a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- (A) F, V, F.  
(B) V, F, V.  
(C) V, F, F.  
(D) V, V, V.

### Questão 30

Um Estado da federação identificou que suas despesas com pessoal ultrapassaram o limite máximo previsto para o exercício financeiro. Para tentar equilibrar as contas, o governador determinou a contratação de novos servidores temporários e a concessão de reajustes salariais.

Com base nos princípios constitucionais que regem o orçamento e o controle dos gastos públicos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O princípio da eficiência autoriza o aumento da despesa pública se houver melhora nos serviços prestados à população.
- (B) A adoção de novas despesas com pessoal quando já ultrapassado o limite máximo contraria o princípio da responsabilidade fiscal e viola a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas públicas.
- (C) A ampliação dos gastos com pessoal é legítima quando ocorrer aumento de arrecadação no mesmo exercício financeiro.
- (D) O ente federativo pode realizar novas contratações, desde que destinadas a áreas essenciais, independentemente da situação orçamentária.

### Questão 31

Determinada secretaria estadual identificou a necessidade urgente de adquirir medicamentos para atendimento hospitalar, situação caracterizada como emergência médica. O gestor considerou realizar contratação direta. Com base exclusivamente na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A licitação é dispensável nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos ou outros bens públicos ou particulares.
- (B) A contratação direta por dispensa de licitação dispensa também a comprovação de preço de mercado e a formalização de processo administrativo próprio.
- (C) A dispensa de licitação permite a contratação direta em qualquer hipótese em que o gestor público entender conveniente para a Administração.
- (D) A inexigibilidade de licitação aplica-se a todas as situações emergenciais, independentemente de justificativa e formalização de processo.

### Questão 32

Durante a execução de um contrato de fornecimento, a empresa contratada atrasou repetidamente as entregas, descumprindo o cronograma pactuado. Após notificação, não apresentou justificativa plausível. Com base exclusivamente na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) As penalidades são aplicadas exclusivamente por decisão do Poder Legislativo, após instauração de comissão parlamentar de inquérito.
- (B) Constitui infração administrativa o descumprimento total ou parcial do contrato, sujeitando o contratado às sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da conduta.
- (C) A lei prevê apenas a aplicação de multa, sendo vedadas sanções que restrinjam a participação em novas licitações.
- (D) A aplicação de sanções depende de autorização judicial prévia, não sendo possível punição diretamente pela autoridade administrativa.

### Questão 33

Uma prefeitura celebrou contrato para construção de uma escola municipal. Durante a execução, verificou-se necessidade de pequenas alterações quantitativas no projeto original, sem mudança do objeto principal. Com base somente no texto da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O contrato administrativo é imutável após sua assinatura, não sendo admitidas alterações sob nenhuma hipótese.

- (B) Os contratos administrativos poderão ser alterados, por acordo entre as partes, para modificação do valor em decorrência de acréscimos ou diminuições quantitativas, respeitados os limites e as condições estabelecidas no art. 125 da Lei.
- (C) A Administração pode alterar unilateralmente qualquer cláusula contratual, inclusive as de natureza financeira, independentemente de justificativa.
- (D) O contratado é obrigado a aceitar acréscimos ilimitados no objeto, desde que relacionados à mesma finalidade do contrato.

### Questão 34

A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, aplicáveis à Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos.

Com base exclusivamente no texto legal, analise as proposições a seguir e preencha as lacunas utilizando "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas.

( ) As contratações públicas destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e o tratamento isonômico entre os licitantes.

( ) São princípios que regem as licitações a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência, o julgamento objetivo e o desenvolvimento sustentável.

( ) A contratação direta é admitida apenas nas hipóteses expressamente previstas em lei, devendo ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor.

Assinale a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- (A) V, F, V.  
(B) V, F, F.  
(C) F, V, F.  
(D) V, V, V.

### Questão 35

As licitações públicas disciplinadas pela Lei nº 14.133/2021 adotam modalidades e critérios de julgamento definidos no próprio texto legal. Com base somente na redação da lei, avalie as afirmativas:

I. São modalidades de licitação: concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo.

II. Os critérios de julgamento incluem menor preço, maior desconto, melhor técnica, técnica e preço, maior lance e maior retorno econômico.

III. O julgamento das propostas observará os critérios definidos no edital, vedadas decisões com base em fatores subjetivos ou não previstos.

IV. O diálogo competitivo é modalidade destinada à contratação de obras e serviços comuns, de baixa complexidade técnica e orçamentária.

Estão corretas apenas:

- (A) I e IV.  
(B) I, II e III.  
(C) II e IV.  
(D) III e IV.

### Questão 36

O combate à improbidade administrativa busca proteger a moralidade, a legalidade e o patrimônio público, assegurando a responsabilização de agentes que pratiquem condutas lesivas à Administração.

Considerando exclusivamente o texto da Lei nº 8.429, analise as proposições e preencha as lacunas utilizando "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas.

( ) Constitui ato de improbidade administrativa a conduta do agente público que importe enriquecimento ilícito, cause lesão ao erário ou atente contra os princípios da Administração Pública.

( ) Considera-se agente público, para os fins da Lei, todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer dos Poderes ou entidades abrangidas.

( ) A responsabilidade do sucessor de agente público limita-se ao valor da herança, quando comprovada a prática de ato de improbidade administrativa.

Assinale a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- (A) V, V, V.  
(B) V, F, V.  
(C) V, F, F.  
(D) F, V, F.

### Questão 37

Durante apuração de irregularidades em uma autarquia federal, constatou-se que um servidor e uma empresa contratada participaram conjuntamente de conduta que causou prejuízo ao erário. O processo administrativo concluiu pela ocorrência de ato de improbidade. Com base somente no texto da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) As sanções somente poderão ser aplicadas após condenação penal definitiva, uma vez que dependem de decisão criminal prévia.
- (B) As sanções são aplicáveis apenas aos servidores públicos efetivos, não alcançando pessoas físicas ou jurídicas que tenham concorrido para o ato.
- (C) A suspensão dos direitos políticos é automática com o ajuizamento da ação de improbidade, independentemente de decisão judicial.
- (D) As sanções por ato de improbidade administrativa incluem, de forma isolada ou cumulativa, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, multa civil e proibição de contratar com o Poder Público.

### Questão 38

A Lei nº 8.429/1992 tipifica condutas que comprometem a probidade administrativa, classificando-as segundo os efeitos causados ao patrimônio e aos valores públicos. Com base exclusivamente no texto da Lei, avalie as afirmativas a seguir:

I. É ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade pública.

II. Considera-se ato que causa lesão ao erário aquele que enseja perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres públicos.

III. Constitui também ato de improbidade a ação ou omissão dolosa que viole deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

IV. O ressarcimento integral do dano aplica-se exclusivamente aos atos de enriquecimento ilícito, não alcançando os que causem lesão ao erário.

Esta(ão) **CORRETA(S)** apenas:

- (A) II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.

### Questão 39

Uma organização privada sem fins lucrativos recebeu recursos de convênio com órgão público federal e utilizou parte do valor em despesas não previstas no ajuste. De acordo exclusivamente com o texto da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) As entidades privadas estão isentas de responsabilidade, desde que prestem contas do valor recebido.
- (B) Os atos de improbidade praticados contra entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal de órgão público sujeitam o responsável às penalidades da lei, até o limite dos recursos públicos recebidos.
- (C) A norma condiciona a aplicação das penalidades à comprovação de vínculo funcional entre o agente e o ente público.
- (D) A aplicação da lei restringe-se à Administração direta, excluindo entidades privadas beneficiárias de recursos públicos.

### Questão 40

Um prefeito municipal deixou o cargo em 2020. Em 2024, foi constatado que, durante sua gestão, ele autorizou pagamentos irregulares a fornecedores. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade quatro anos após o término do mandato. Considerando somente o texto da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A Lei estabelece prazo prescricional de dez anos para qualquer tipo de ato de improbidade, contado da data do fato.
- (B) O prazo de prescrição somente se inicia após o julgamento administrativo que reconheça a irregularidade.
- (C) A ação para aplicação das sanções prescreve em cinco anos após o término do exercício de mandato, cargo em comissão ou função de confiança, conforme o prazo fixado no Art. 23 da Lei.
- (D) O prazo de prescrição é contado a partir do ajuizamento da ação, e não do término do exercício do cargo.

RASCUNHO - NÃO DESTAQUE